

Juro alto complica as contas públicas

ROLF KUNTZ

Juros altos vêm pondo em xeque também o governo, além de apertar os consumidores e empresas, derrubar a produção e provocar desemprego. De novembro a janeiro, União, Estados e municípios acumularam juros reais de US\$ 10,76 bilhões sobre sua dívida interna líquida, segundo estimativa do Instituto de Economia do Setor Público (Iesp), vinculado ao governo paulista.

O dinheiro caro atinge as contas públicas de dois lados, aumentando a despesa financeira e diminuindo a receita de impostos, por causa da redução dos negócios.

Uma carga mensal de juros entre US\$ 3 bilhões e US\$ 4 bilhões "dificulta enormemente", segundo o estudo, cumprir a meta de redução do défi-

cit público. Até novembro, o peso dos juros sobre a dívida interna somou apenas US\$ 1 bilhão, porque o custo do dinheiro foi negativo em vários meses, isto é, ficou abaixo da taxa de inflação.

A partir de novembro houve um salto: os encargos financeiros do setor público passaram a US\$ 3,87 bilhões naquele mês, US\$ 3,98 bilhões em dezembro e US\$ 2,91 bilhões em janeiro.

Os juros também pressionam os custos das empresas, provocando aumento de preços, mas o principal fator de inflação, em janeiro, foi mesmo o aumento das tarifas e preços do setor público, segundo a análise divulgada pelo Iesp. Assim, enquanto o custo do dinheiro come a receita pública, a recuperação das tarifas reforça o caixa das estatais.

Em janeiro, os preços de combustíveis, lubrificantes, eletricidade, serviços telefônicos e aço estavam em geral acima dos valores médios de 1991. Só o preço do óleo combustível estava 2,6% abaixo.

A comparação entre os preços de janeiro e os níveis médios de 1991 apontou as seguintes diferenças: gasolina, 10,8, gás liquefeito de petróleo, 23,2%, diesel, 19,1%, óleo combustível, menos 2,6%, energia elétrica, 5,9%, telefone (tarifa básica), 56,3%, chapa grossa da Usiminas, 45,1%, chapa grossa da Cosipa, 40,9%.

O governo prometeu, na carta de intenção ao Fundo Monetário Internacional, manter preços e tarifas do setor público cerca de 15% acima dos valores médios de 1991.

A recessão, a contenção dos salários e a estabilidade do câmbio, em termos reais, po-

dem ajudar a política antiinflacionária, segundo os técnicos, mas os juros e a recuperação das tarifas públicas criam problemas para o governo.

A melhora das contas externas, com a maior entrada de dólares e aumento das reservas cambiais, é um fator a mais que força o Banco Central a manter juros elevados, pressionando as contas do governo e dificultando a recuperação dos negócios.

A recessão atingiu São Paulo mais duramente que o resto do País. De janeiro a novembro, a receita do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) foi 5,1% menor, em todos os Estados, que no mesmo período do ano anterior. Em São Paulo a queda chegou a 11,1%.

Todos esses dados constam dos Indicadores Iesp, que serão divulgados mensalmente.